

## A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIBRASIL PARA A CONSOLIDAÇÃO DE SUA ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Elza Maria Campos\*  
Marco Antonio da Rocha\*\*

### Resumo

O presente artigo destaca a história do Serviço Social no Brasil, cujas origens são determinadas pelas condições objetivas da nascente sociedade urbano-industrial dos anos 30 do século XX, em um momento particular do desenvolvimento do modo de produção capitalista, marcado por lutas da classe operária urbana em defesa de seus direitos trabalhistas e de cidadania. Evidencia que o nascimento da profissão do Serviço Social esteve fortemente determinado pela intervenção do Estado na regulação da reprodução social, por intermédio de algumas políticas sociais públicas. Esta profissão teve influência da Igreja Católica e da e as iniciativas européia, notadamente a francobelga, levando à fundação, em 1936, da primeira Escola no país. Procura-se demonstrar que a profissão sempre esteve vinculada às diferentes formas de manifestação das questões sociais. Especialmente a partir dos anos 80 a profissão abraçou um novo compromisso ético-político, quando constituiu um código de ética e diretrizes curriculares para orientar a formação do Assistente Social. Comenta-se, em conclusão, que a criação do curso de Serviço Social na UNIBRASIL guarda total sintonia com a filosofia dessa Universidade, uma filosofia baseada em princípios de liberdade, de justiça social, de democracia e de construção de uma sociedade humanista e solidária. Deste modo, o curso de SS é mais um pilar da Escola de Educação e Humanidades da Unibrasil, contribuindo para que toda a instituição universitária alcance seus maiores objetivos.

**Palavras-chave:** Serviço Social, história, direitos, educação.

### Biografia

\*Assistente Social, Mestre em Educação (UFPR), Coordenadora do Curso de Serviço Social da Unibrasil.

\*\*Assistente Social, Mestre em Serviço Social (PUC-SP), Professor do Curso de Serviço Social da Unibrasil.

### Abstract

This article presents a brief narrative of the history of Social Service in Brazil, remarking that its origins were determined by objective conditions in the emerging urban-industrial society of the 1930's. That was a peculiar moment in the development of capitalism in Brazil, marked by struggles of the urban working class that fought for labourist and citizenship rights. The article also points out the interventionist role of Brazilian State in the creation of public social policies which strongly influenced the former organization of Social Service career. The European Catholic Church was another remarkable factor in determining the Social Service practices, particularly the French-Belgian initiatives, which led to the foundation of the first Brazilian Social Service school, in 1936. The "Social Question" and the various forms of manifestations instigated by social inequalities have always been influencing the directions taken by Social Service. In the eighties of the 20th century, a new ethical-political commitment was assumed by Social Service workers, who elaborated a Code of Ethics and new curricular directives to guide the education of undergraduates.

The article concludes by recognizing that the creation of a Social Service school at Unibrasil bears perfect tuning to the philosophy of this University, an education based on principles like freedom, democracy, social justice, and fight for the construction of a humanist society of solidarity. Therefore, the Social Service course is one more of the columns that support Unibrasil's School of Education and Humanities, favouring the University to achieve its highest goals.

**Keywords:** social service, history, rights, education.

## APRESENTAÇÃO

Este artigo se propõe a apresentar à comunidade universitária da Unibrasil a profissão de Assistente Social e o Curso de Serviço Social, implantado na instituição a partir de agosto de 2006.

Inicialmente procuramos resgatar o contexto histórico no qual a profissão se instituiu no Brasil na década de 30, no qual teve peso fundamental a luta dos trabalhadores para a conquista de uma condição digna de vida e para a garantia de seus direitos sociais.

O texto apresentará uma profissão que esteve, no início, predominantemente determinada pelo projeto societário burguês mas que, em seu evoluir histórico, modificou esse tipo de determinação e – através de complexos processos sociais - inscreveu-se cada vez mais intensamente como aliada da classe trabalhadora na viabilização dos direitos sociais.

Com essa configuração crítica, que a cada dia se adensa mais, temos certeza de que a profissão - cujo projeto ético-político se ancora em princípios como a liberdade, a justiça social, a democracia e a construção de uma sociedade humanista e solidária - tem fortes vínculos com os ideais que nortearam a constituição da Unibrasil, podendo assim contribuir para que esta instituição possa alcançar os objetivos que a movem.

### 1. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DA ORIGEM ATÉ O FINAL DA DITADURA MILITAR

O século XX foi dramaticamente rico em transformações em todas as esferas da vida em sociedade. Conheceu a irrupção de novas formas de organização econômica e social inspiradas nas idéias socialistas e também significativas mutações de forma e operação das economias capitalistas. Nestas, as guerras, as sucessivas crises e os avanços tecnológicos conduziram, no final do século XX, a um novo tipo de capitalismo, no qual o pólo representado pelo trabalho voltou a ficar muito fragilizado. Decresceu, em geral, a massa salarial, aumentou a precariedade nos contratos de trabalho, explodiram diversas formas de trabalho autônomo e informal, persistem variados tipos de discriminações e de exclusão dos cidadãos da atividade produtiva.

Em nosso país, somente se evoluiu da economia baseada na agricultura para atividades industriais modernas a partir da denominada “Revolução de 30” e

de fato “até 1930 não se podia falar de uma economia nacional nem de um mercado de trabalho integrado.”<sup>1</sup>

Com a crise de 1929, a nação brasileira foi instada a desenvolver uma base produtiva voltada também para o mercado interno. A situação de exploração do trabalho nas fábricas, a influência do movimento internacional dos trabalhadores e o crescimento do trabalho assalariado potencializaram a mobilização em prol da organização sindical e do direito de representação dos trabalhadores.

No início do século XX, as condições de trabalho do proletariado industrial eram de intensa exploração e sua existência tinha um padrão miserável. A população operária era minoria dentro de um país predominantemente rural, composta em sua grande maioria por imigrantes. Suas condições de vida eram degradantes, amontoavam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, sem condições sanitárias, sem água ou luz<sup>2</sup>.

Parte das empresas funcionava em prédios adaptados, sem condições mínimas de higiene e segurança, sendo muito frequentes os acidentes. “O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que, para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência”<sup>3</sup>.

A busca pela sobrevivência das famílias forçava a entrada de mulheres e crianças (em idades às vezes tão baixas como 5 anos) no mercado de trabalho, também laborando em precárias condições e com salários muito mais baixos. O operário e sua família, muitas vezes em trabalho noturno, não tinham direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. “Dentro da fábrica estará sujeito à autoridade absoluta – muitas vezes paternalista – de patrões e mestres.”<sup>4</sup>

Esses trabalhadores não possuíam qualquer tipo de contrato coletivo de trabalho nem garantia de emprego; as relações de trabalho se davam estritamente na esfera privada, sob forma de contrato particular entre patrão e empregado, regido pelo Código Civil.

No ainda incipiente capitalismo brasileiro já se manifestavam crises cíclicas do setor industrial, provocando periódicas dispensas de trabalhadores e forçando-os

---

1 DEDECCA, Cláudio Salvadori. Relações de Trabalho. Disponível em <[www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/merctrab/reltrab/apresent.htm](http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/merctrab/reltrab/apresent.htm)>. Acesso em 05 jun 2003.

2 IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.” Cortez, 1983.

3 Idem.

4 Idem, p. 132

a paulatinamente entenderem a necessidade da organização do proletariado para a defesa de direitos da classe.

No início, essa organização constituiu-se de agrupamentos de Socorro Mútuo ou Caixas Benéficas, que desenvolviam atividades de natureza assistencial ou corporativa. Contudo, também já se difundiam outras formas de organização, como as Ligas Operárias, que aglutinavam operários de vários ofícios, tendo como finalidade a defesa de interesses comuns. Estas formas de agremiação se desenvolveram, dando origem a Sindicatos ligados diretamente às formas de produção dos trabalhadores. Surgiram desdobramentos organizativos, como os Congressos ou Confederações Operárias, englobando diversos ofícios e mesmo cidades.

As lutas reivindicatórias da época centravam-se na defesa do aumento dos salários, na diminuição da jornada de trabalho, na proibição do trabalho infantil e na regulamentação do trabalho das mulheres e dos adolescentes, na defesa das férias, na demanda por seguro contra acidentes e doença, pelo contrato coletivo de trabalho e pelo reconhecimento da legitimidade das entidades.

Neste contexto da sociedade industrial do século XX o Serviço Social é criado.

Segundo Raichelis,<sup>5</sup> as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem.

A profissão de Serviço Social tem suas origens determinadas pelas condições objetivas da nascente sociedade urbano-industrial dos anos 30 do século XX, em um momento particular do desenvolvimento do modo de produção capitalista, marcado por lutas da classe operária urbana em defesa de seus direitos trabalhistas e de cidadania, e pelas lutas sociais disso derivadas.

Assim, as condições peculiares do nascimento da profissão do Serviço Social, como de tantas outras, estão fortemente determinadas por um processo de intervenção do Estado na regulação da reprodução social, por intermédio de algumas políticas sociais públicas.

Segundo Raichelis,

Foi o contexto de enfrentamento da questão social pelo Estado e empresariado, com o apoio da Igreja Católica, que conduziu à institucionalização e legitimação do Serviço Social profissional, em um cenário em que a pobreza é, simultaneamente, naturalizada e vista como ameaça à ordem burguesa. No entanto, as primeiras iniciativas de organização da profissão vinculam-se ao protagonismo de grupos sociais majoritariamente femininos,

5 Pesquisa e texto de Rachel Raichelis para a Agenda do Assistente Social 2006, publicação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.

participantes do movimento católico leigo e responsáveis pela ação social da Igreja Católica junto aos segmentos mais vulnerabilizados e empobrecidos da classe operária, especialmente crianças e mulheres.<sup>6</sup>

É bem conhecido na história do Serviço Social o papel da Igreja Católica influenciando a formação e a identidade da profissão, sendo responsável pela organização das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil. Outra vertente fundante foi de influência européia, notadamente a francobelga, através da formação das *pioneiras do Serviço Social* em seus países de origem, colaborando com a fundação das primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente em 1936 e 1937.

Segundo Raichelis “As bases da formação, inspirados na doutrina social católica, assentavam-se em uma ótica psicologizante e de individualização dos problemas sociais, que tendia a buscar as especificidades da questão social na esfera ético-moral, reforçando o substrato liberal de que o destino pessoal é de responsabilidade do próprio indivíduo.”<sup>7</sup>

A ação da Igreja Católica é forte em todos os setores da sociedade, em particular na classe operária e entre as mulheres. A criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, em 1932, é a manifestação viva desta influência na formação, através da doutrina social da Igreja e no conhecimento dos problemas sociais brasileiros<sup>8</sup>. Este Centro tinha como preocupação central a formação técnica especializada de moças católicas para intervenção direta junto ao proletariado. E é justamente da articulação do CEAS com a crescente intervenção do Estado nas questões sociais que a primeira escola de Serviço Social é fundada em São Paulo, seguindo-se a do Rio de Janeiro.

A nova fase econômica introduzida pelo movimento liberal de 1930, que deu maior impulso ao processo industrializante brasileiro, trouxe para a classe trabalhadora uma nova etapa político-organizativa.

A legislação trabalhista e sindical que passou a existir com o regime varguista tinha como objetivo real cooptar e controlar os trabalhadores e sindicatos, ao mesmo tempo que reprimia duramente os que não se submetessem.

Toda legislação refletia uma filosofia estatal intervencionista, havia total sujeição dos Sindicatos ao Estado. Notabilizou-se uma frase segundo a qual, no

6 RAICHELIS, idem.

7 RAICHELIS, idem.

8 Rica análise é realizada a este respeito no livro de CARVALHO e IAMAMOTO, p. 172 a 177.

regime varguista, a questão social deixava de ser um caso de polícia, para que o Estado, através do Ministério da Justiça e do Trabalho, passasse a regular o mercado de trabalho segundo os supostos interesses dos trabalhadores.

O Estado se apresentava como o guardião dos interesses dos assalariados, sugerindo a falta de condições de organização da classe trabalhadora.

Segundo Moraes Filho, o movimento tinha consequência real: “Se movimento social houve no Brasil à maneira da história da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos, esse movimento se deu exatamente nesses primeiros períodos adversos (antes de 1930). A classe operária e seus líderes sabiam o que queriam.”<sup>9</sup> O movimento desta época foi marcado por confrontos, colocando a questão operária no cenário político.

Em 10 de novembro de 1937, o Presidente Getúlio Vargas anunciou à nação que estava em vigência uma nova Constituição, outorgada diretamente pelo Executivo, ficando revogada a Constituição de 1934 (elaborada por uma Câmara Constitucional eleita por voto direto). Anunciava-se assim o início da ditadura do Estado Novo.

Outro marco fundamental para a profissão deu-se nos anos 1940/50, quando a questão social - resultante das desigualdades decorrentes do aprofundamento do modo de produção capitalista em nosso país - recebe influências advindas da II Guerra Mundial e das medidas assistenciais do Estado Novo.

Raichelis descreve o período:

A aceleração industrial, as migrações campo-cidade, o intenso processo de urbanização, aliados ao crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado, vão exigir novas respostas do Estado e do empresariado às necessidades de reprodução da vida social nas cidades. A questão social se põe como alvo da intervenção do Estado, por meio das políticas sociais públicas, ao mesmo tempo em que o empresariado, imbuído de um novo espírito social, substitui a mera repressão e assistência eventual por mecanismos que visam à colaboração entre capital e trabalho<sup>10</sup>.

No cenário de lutas populares e da classe operária pela redemocratização do país, contra a ditadura do Estado Novo, aparece em 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira instituição assistencial de porte nacional, bem como as grandes instituições patronais que irão configurar o que hoje conhecemos como sistema "S" (SESI, SENAI, SESC e SENAC).

9 MORAES FILHO, Evaristo. “O problema do Sindicato Único no Brasil.” São Paulo : Alfa-Ômega, 1978, p. 196.

10 RAICHELIS, idem.

A figura conhecida até nossos dias do "primeiro-damismo" tem sua origem vinculada à presidência de honra da LBA, assumida na época pela primeira-dama, Darcy Vargas<sup>11</sup>.

Essas Instituições tiveram importância de peso na formação e qualificação da força de trabalho, embora evidentemente um processo formativo voltado essencialmente para treinamento e adestramento.

Concordamos com Neves (1991, p. 198) quando relata que:

o empresariado industrial, não mais diretamente pela fábrica, mas através de um sistema de formação profissional paralelo e complementar à política estatal de preparação para o trabalho, tomou a si a tarefa de formação técnico-política de uma parcela da classe operária já engajada no mercado de trabalho fabril. Assim, com a intermediação do Estado, o empresariado industrial recuperou parcialmente seu projeto político-pedagógico de conformação da força de trabalho no industrialismo, que se consolida de forma autoritária.

Kuenzer alerta para a existência de dois caminhos diferenciados para os que aprenderão a exercer sua função na escola (dirigentes de dois níveis — superior e médio) e no processo produtivo (trabalhadores, que complementam os poucos anos de escolaridade obtida com cursos profissionalizantes em locais e com duração variáveis).

O saldo desse período é que a formação dos trabalhadores ficou a partir dos anos 40 sob o controle único dos empresários.

A reprodução das relações sociais, ou seja, a reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias e das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, e a produção e reprodução espiritual, isto é, das formas de consciência social (jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas), neste determinado momento histórico da sociedade buscaram formar uma consciência de ajustamento social, de integração do crescente contingente urbano ao mercado de trabalho.

Conforme Iamamoto<sup>12</sup>, neste processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade.

Desta forma, a atuação do Serviço Social incorpora estas demandas ao ajustamento psicossocial dos trabalhadores voltadas ao atendimento das novas necessidades relacionadas à integração de massas populacionais ao mercado de

11 RAICHELIS, idem.

12 IAMAMOTO e CARVALHO, idem.

trabalho e à vida urbana.

O mercado de trabalho da categoria de assistentes sociais é amplamente garantido pela criação das instituições assistenciais em todo o território nacional, com reconhecimento e legitimação pelo Estado e pelo empresariado.

A profissão de Serviço Social é regulamentada como profissão liberal em 1949, tendo sua atuação profissional majoritariamente vinculada a instituições públicas e privadas, passando a se responsabilizar pela implementação das políticas sociais. Raichelis comenta que a marca do perfil de profissional assalariado radica a partir desta época.

Conforme Raichelis, a demanda pelos serviços do Assistente Social é crescente, tendo em vista a ação do Estado na progressiva centralização das políticas sociais, e a expansão de escolas neste período é marcante. O Serviço Social eleva seu status profissional.

A realização do I Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1947, deu início à valorização dos encontros nacionais, cada vez mais massivos e reveladores dos debates e polêmicas profissionais.

Vale a pena recuperar sumariamente aqui um pouco do cenário nacional naqueles anos 1940-60. A efervescência provocada pelo desenrolar da 2ª. Guerra reaqueceu no Brasil a luta antifascista, forçou o regime autoritário do Estado Novo à redemocratização e à convocação de uma Assembléia Nacional, eleita em clima de liberdade política, para redigir uma nova Constituição (1946-47). Seguiu-se à euforia democrática da Constituinte de 1946 um reacionário governo do general Dutra, serviçal de interesses do departamento de Estado norte-americano e novamente castrador das liberdades. O segundo governo Vargas, iniciado em 1950 pelo sufrágio direto, deparou-se com uma crise tão grave quanto a que tinha levado à sua deposição em 1945. Da primeira para a segunda metade de seu segundo mandato, Getúlio passou de uma posição que alimentava esperanças numa significativa ajuda dos EUA ao desenvolvimento brasileiro (ajuda que não aconteceu) para posições nacionalistas, que desagradaram ao grande capital nacional e estrangeiro (como quando fundou a Petrobrás, em 1953). Nessa mudança de posicionamento quanto à potência norte-americana e ao grande capital, Vargas buscou apoio popular e na esquerda, também estimulando um sindicalismo paralelo como forma de acenar para as esquerdas com um compromisso de atuação conjunta. A radicalização de posições de uma direita brasileira golpista contra Getúlio (situação mal compreendida pela esquerda representada pelo Partido Comunista, que também atacava Vargas), acabou levando ao desfecho trágico do suicídio do Presidente da República em 1954.

A morte de Getúlio sustou por dez anos o golpismo de Carlos Lacerda (então

governador do hoje extinto Estado da Guanabara), da UDN e da direita encastelada na alta oficialidade das Forças Armadas. Nova fase de desenvolvimento iniciou-se pela ação do governo JK, no qual se mesclaram ambíguos posicionamentos “populistas” anti-imperialistas com a atração e aceitação de investimentos estrangeiros. Houve impulso na industrialização, o que elevou o contingente de trabalhadores, cujo movimento sindical aos poucos recobrava seu ímpeto e se somava a outros segmentos populares para exigir reformas estruturais no país, conhecidas no mandato de João Goulart como “reformas de base”.

Raichelis comenta este período do nacional-desenvolvimentismo como sendo o de um movimento que seria

difundido pelos organismos internacionais com a criação do ONU, em 1945. A partir do contexto da “guerra fria” e com o mundo cada vez mais bipolarizado (bloco capitalista X bloco socialista), a ONU e o governo norte-americano, preocupados com os riscos políticos que os latino-americanos (atraso e a pobreza) poderiam trazer para a ordem capitalista no continente, iniciam extenso programa de cooperação e assistência técnica e financeira aos países subdesenvolvidos.<sup>13</sup>

A orientação denominada “Desenvolvimento de Comunidades” deu a tônica do Serviço Social no período JK, cujas ações preponderaram no meio rural, havendo nesse processo forte intermediação norte-americana e de organismos internacionais, numa estratégia destes agentes estrangeiros para afirmar sua filosofia.

Foi muito intensa a influência da teoria funcionalista norte-americana na formação do Serviço Social, entendido como instrumento de correção das “disfuncionalidades”, ou seja, havendo indivíduos e grupos considerados portadores de “problemas”, devia-se resolver a situação com a integração dos pobres aos projetos de desenvolvimento, sendo o social entendido como variável dependente do crescimento econômico.

No período do chamado desenvolvimentismo o campo de trabalho para o serviço social se amplia, as escolas proliferam, a demanda aumenta por novas contratações de assistentes sociais nas prefeituras de pequenas e médias cidades e em grandes empresas, especialmente as industriais. Ocorre a incorporação de novas atribuições profissionais relacionadas à coordenação, planejamento e administração de programas sociais.

Raichelis lembra que

A partir da influência norte-americana, o Serviço Social alcança maior nível de sistematização teórica e técnica, avança no trabalho com indivíduos e famílias e consolida novas abordagens metodológicas, como o Serviço Social de Grupo e o Serviço Social de Comunidade, que passam a ser desenvolvidos nas instituições sócio-assistenciais em diferentes áreas, como saúde, habitação, educação, previdência social.

Destaque-se a realização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social, no Rio de Janeiro em 1961, que define a incorporação concreta da profissão ao projeto desenvolvimentista.

Intensas mobilizações ganham o campo e a cidade no Brasil. Há proliferação das Ligas Camponesas e o fortalecimento do sindicalismo rural, concomitante ao aumento das ações dos sindicatos urbanos, fortemente influenciados pela linha do Partido Comunista. O cenário cultural passa a contar também com os Centros de Cultura Popular da UNE, e a entidade nacional dos estudantes realiza uma multiplicidade de Congressos, eventos culturais e seminários sobre reforma universitária, tendo partido disto a motivação para a famosa “greve pelo 1/3” (pela democratização dos conselhos universitários). Dos setores progressistas da Igreja Católica, onde germinava a teologia da libertação, brota uma Juventude que atua no movimento estudantil e inclusive é força dirigente principal na UNE. A revolução cubana, de 1959, estimula ainda mais, na América Latina, lutas libertárias e o ideário socialista. Tanta agitação social e ideológica repercutiu entre muitos assistentes sociais, que apoiaram e somaram-se ao movimento geral dos trabalhadores, manifestando duras críticas às práticas tradicionais estimuladas pelo pensamento conservador.

Raichelis enfatiza que o despertar, no âmbito do Serviço Social, de profissionais que abraçam um compromisso por uma nova ordem societária, marca o período. Assistentes Sociais ligam-se aos projetos de educação de base e de organização popular em comunidades urbanas e rurais, inspirando-se nas teorias de educação para a libertação e no método de alfabetização de Paulo Freire.

Entretanto, o golpe militar que depôs Jango começou o desmonte da frágil democracia vigente desde a Constituição de 46 e passou a perseguir lideranças do movimento social, marcando uma nova fase para o Serviço Social.

## 2. O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DO NOVO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A nova conjuntura pós-golpe favorece a adequação do poder do Estado às novas necessidades do processo de acumulação de capital, fortalece as grandes organizações financeiras e os complexos industriais nacionais e estrangeiros.

Esse processo de acumulação precisará de um Estado que, assumindo funções repressivas no plano social e modernizadoras no plano administrativo, implemente políticas de apoio e subsídio ao grande capital.

Apesar do clima de “ordem social”, de “paz social” que se tenta passar, ocorre um brutal aumento da taxa de exploração sobre a classe trabalhadora, com a imposição de uma nova política salarial e sindical (arrocho e cassação de direitos de greve e de autonomia sindical).

Agrava-se a desnutrição, elevam-se as taxas de mortalidade infantil, além do recrudescimento de outros problemas sociais, causados pelo acelerado processo de industrialização, que levava ao aumento das populações nas cidades (aqui comparece fortemente o êxodo rural).

O Estado tem que pensar numa estratégia para minimizar as conseqüências do capitalismo, a fim de evitar manifestações de conflito. Esta estratégia baseia-se nas políticas sociais implementadas pela ditadura, nas áreas de educação, saúde e habitação.

Aumenta a demanda por profissionais de Serviço Social, amplia-se o campo de atuação profissional e colocam-se novas exigências para o meio profissional.

O Serviço Social tradicional, conservador, com forte base moral e religiosa, deve ser substituído pelo procedimento racional. O número de cursos de serviço social amplia-se e estes procuram romper com o confessionalismo. Ao ingressar nas Universidades os professores e estudantes da área terão contato com as ciências sociais assépticas e tecnocráticas.

Diante da nova demanda posta pela conjuntura político-econômica, o Serviço Social se vê conduzido a fornecer respostas profissionais que dêem conta dos novos desafios colocados. Esse repensar não parte do vazio, pois a profissão já vinha pensando sua teoria e metodologia antes do golpe.

O repensar da profissão vai se dar basicamente pela via da “modernização conservadora”<sup>14</sup> da profissão (através da tecnificação pragmática), ou pela via do

14 Expressão cunhada por JOSÉ PAULO NETTO, na obra **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 (São Paulo: Cortez, 1996, 3. ed.), que é a base da argumentação desenvolvida nesta seção.

questionamento baseado na crítica à própria estrutura da sociedade e das bases de legitimidade da demanda do Serviço Social.

A via da modernização conservadora busca capacitar a profissão a responder às demandas postas pela ditadura. O Serviço Social procura adotar padrões e técnicas de trabalho modernas, que pudessem ser vistas como uma alternativa viável e necessária, para opor-se à concepção tradicional do Serviço Social.

Prioriza-se o aperfeiçoamento do instrumental técnico e das metodologias de ação, buscando padrões de eficiência e sofisticação nos modelos de análise e diagnóstico, sem uma discussão e problematização da vinculação entre o objeto e os objetivos da intervenção profissional do Assistente Social na perspectiva modernizadora e os interesses da classe dominante em nosso país.

Essa via é repassada à comunidade profissional através dos Seminários de Teorização do Serviço Social: *Seminário de Araxá (1967)*, onde se afirma essa perspectiva; *Seminário de Teresópolis (1970)*, onde esta perspectiva se afirma de maneira mais fundamentada teoricamente e mais funcional ao que pedia o regime ditatorial; *Seminário do Sumaré (1978)* e *do Alto da Boa Vista (1984)*, nos quais ocorre o deslocamento dessa perspectiva, pois ela vai disputar espaço com as primeiras formulações da vertente fenomenológica e com a perspectiva da intenção de ruptura.

Esta vertente (intenção de ruptura) surge quando os assistentes sociais, ao não conseguirem conceber formas de intervenção eficazes na realidade brasileira, para efetivamente resolver os problemas decorrentes das expressões da questão social, buscam amparo na obra de Marx ou de seus seguidores para debater os elementos constitutivos da profissão e suas bases teórico-metodológicas. Essa análise mais profunda e crítica será feita por profissionais de destaque (mas minoritários em relação à totalidade da categoria profissional) apenas após a crise e o encerramento do ciclo ditatorial.

Enquanto os países da América Latina que não sofriam restrições impostas por regimes ditatoriais viviam o que se convencionou chamar de “Movimento de Reconceituação do Serviço Social” (que ironicamente iniciou-se num Seminário realizado no Brasil em 1965), em nosso país vicejaram, até o final da década de 70, as vertentes teórico-metodológicas identificadas com a modernização conservadora da profissão.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, inspirado em autores de tradição crítica (notadamente os filiados à tradição marxista), permitiu um questionamento mais profundo das conseqüências políticas da intervenção profissional do Assistente Social. Quer dizer, possibilitou – nos países em que as

condições sócio-políticas eram favoráveis - o desvelamento e a crítica da relação existente entre determinado projeto profissional e os interesses das classes sociais fundamentais da sociedade.

É somente na passagem dos anos 70 para os anos 80 que se apresentará a primeira condição para o início da construção de um novo projeto profissional para o Serviço Social. A crise da ditadura e a paulatina re-introdução das liberdades civis tornam possível a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.<sup>15</sup>

Promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS, hoje CFESS), o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi realizado entre os dias 23 e 28 de setembro de 1979, em São Paulo, com o tema “Serviço Social e Política Social”. O evento, “que questionou o conservadorismo de sua própria organização, foi denominado de ‘Congresso da Virada’, constituindo-se em marco no processo de politização e mobilização dos profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país.”<sup>16</sup>

A resistência à ditadura ganhou nova profundidade e qualidade com a reinserção da classe operária na luta, a partir da segunda metade da década de 70, o que acabou levando à derrota da ditadura, com a eleição indireta de Tancredo Neves. Nos anos 80 assistiu-se à

irrupção, na superfície da vida social brasileira, de demandas democráticas e populares largamente reprimidas, como: a mobilização dos trabalhadores urbanos, o renascimento combativo do movimento sindical, a vitalização da organização dos trabalhadores rurais, os movimentos populares (associonismo de moradores), os movimentos democráticos (estudantes, mulheres, as minorias), a dinamização da vida cultural, a afirmação da opção democrática por segmentos da Igreja católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por instituições como a OAB e ABI.<sup>17</sup>

Nesse contexto, pela primeira vez o histórico conservadorismo do Serviço

---

15 A argumentação aqui desenvolvida baseia-se no texto de José Paulo Netto: “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”. In: Capacitação em Serviço Social e política social. Mod. 1. Brasília, Cead, 1999.

16 Conselho Regional de Serviço Social – 9ª Região.  
Disponível em [http://www.cress-org.br/index.asp?fuseaction=historia&id\\_subsecao=23](http://www.cress-org.br/index.asp?fuseaction=historia&id_subsecao=23)

17 NETTO, idem.

Social brasileiro defrontou-se com uma conjuntura em que sua dominância na categoria profissional pôde ser contestada. Isso tornou-se possível também porque a categoria descobriu-se como parte da classe trabalhadora, já que parcelas cada vez maiores de Assistentes Sociais agora tinham origem nessa classe. Assim, pela primeira vez rebatiam na categoria projetos sociais distintos daqueles que atendiam aos interesses da burguesia.

Por outro lado, o ingresso e a legitimação do Serviço Social nas universidades possibilitou, principalmente através da pós-graduação, a produção de conhecimentos e formação de uma massa crítica considerável. A acumulação teórica da categoria avança através da incorporação de matrizes teóricas críticas, notadamente as ligadas à tradição marxista.

Ao mesmo tempo em que Serviço Social veio se constituindo nos últimos anos como uma área de produção de conhecimentos respeitada e com o aval de agências oficiais de fomento à investigação, verificou-se também – após a quebra do monopólio do conservadorismo político – a quebra do quase monopólio do conservadorismo teórico e metodológico na profissão.

Ainda na década de 80, as vanguardas profissionais procuraram transferir as conquistas que a categoria veio realizando para o debate em torno da ética profissional do Assistente Social. O novo código de ética profissional de 1986

supera as concepções filosóficas em que se baseavam os códigos anteriores, desde o primeiro (1947) até sua reelaboração de 1975, onde estavam consagrados valores abstratos como “bem comum” e “pessoa humana”. Então este Código diz não à filosofia positivista de até então, rompendo com as influências conservadoras e tradicionais exercidas por aquela vertente no Serviço Social.”<sup>18</sup>

Por outro lado, em virtude da fragilidade teórica que a categoria ainda enfrentava – oriunda da sua aproximação com fontes secundárias limitadas do pensamento marxista – este código pecou por uma insuficiência teórico-metodológica, pela fragilidade de operacionalização no cotidiano profissional, por dar conta mais do aspecto político e educativo do que da dimensão normativa e ainda por representar uma leitura idealista e voluntarista do potencial político da profissão.

Ainda na década de 80 deu-se a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, segundo Raichelis<sup>19</sup>,

18 BONETTI, Dilséa A. (org.) “Serviço social e Ética: convite a uma nova práxis.” 3.ed. São Paulo: Cortez., 2000.

19 RAICHELIS, idem.

representou, ao menos no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país, em consonância com as transformações sócio-políticas e o agravamento da crise social que exigiam respostas públicas do Estado. Entre as inovações contidas na Carta Constitucional destacam-se a ampliação de direitos, principalmente no campo das relações de trabalho, e a introdução do capítulo referente à Seguridade Social.

De acordo com a mesma autora,

apesar das dificuldades para implementá-la, a adoção do conceito de Seguridade Social, ainda que restrito às políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, representou inegável avanço por inscrevê-la no terreno dos direitos, imprimir-lhe status de política pública, definir fontes de financiamento e novas modalidades de gestão democrática e descentralizada.“

Ainda que não haja espaço – em virtude dos limites deste texto – para uma referência específica a cada luta e sua correspondente conquista, é importante destacar que o Serviço Social brasileiro participou efetivamente, através de sua capacidade de mobilização da sociedade, de articulação com os movimentos sociais, de produção teórica e também da qualidade de sua intervenção profissional, da construção da política de seguridade social e das demais políticas sociais em nosso país, destacando-se sua contribuição para a consolidação da assistência social enquanto política pública de direitos e para a elaboração de importantes leis, como a LOAS (Lei Orgânica da Saúde), a lei de criação do SUS (Sistema Único de Saúde), o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, entre outras.

Após a crítica aos equívocos contidos no Código de Ética de 1986, o debate sobre a ética profissional foi retomado pelas entidades nacionais da categoria a partir de 1991, culminando – após um longo e profícuo debate com a categoria profissional - com a aprovação, em 1993, do novo Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor.

Este documento é portador das linhas norteadoras do projeto ético-político do Serviço Social, que tem como princípios fundamentais:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.<sup>20</sup>

Este projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia – mas não exclusividade - no Serviço Social brasileiro na entrada dos anos 90.

Em 1996, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), após um amplo e democrático processo de consulta às Escolas de Serviço Social brasileiras, aprova as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. Estas, “articuladas e em consonância com o código de ética profissional e com a lei de

20 CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Instituído pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

regulamentação da profissão (Lei 8662/93), conformam um projeto ético-político-profissional claramente comprometido com a formação e o exercício profissional crítico, na perspectiva da transformação societária.”<sup>21</sup>

Entre os princípios norteadores dessas diretrizes curriculares – que foram incluídos de forma desfigurada no documento final aprovado pelo CNE (Parecer 492/2001) - constam os seguintes: a) flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componente curriculares...; b) rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; c) adoção de uma teoria social crítica que possibilite uma compreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (princípio excluído do documento final aprovado pelo MEC); d) presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; e) compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional; f) estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.

Atualmente a profissão tem como principais bandeiras o combate à precarização da formação profissional do Assistente Social (que vem sendo promovida principalmente pelos cursos de graduação à distância), a batalha contra a redução da maioria penal e o esforço pela regulamentação e pleno funcionamento do Sistema Único da Assistência Social.

### **3. À GUIA DE CONCLUSÃO: O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIBRASIL NO CONTEXTO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**

A proposta para implantação do curso de Serviço Social na Unibrasil, inserido em sua Escola de Educação e Humanidades, foi concebida nos marcos da discussão contemporânea da formação profissional do Assistente Social, centrada nos debates realizados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em conjunto com as demais organizações da categoria, diversas Unidades de Ensino e significativa participação de profissionais da área.

Esta profunda discussão, ocorrida em âmbito nacional, teve como parâmetro central o reconhecimento do avanço teórico, metodológico e ético

21 BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. Revista Temporalis, Porto Alegre, v. 8, p. 17-30, 2004

marcado nos anos 80 pela redefinição do projeto profissional com o “tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Portanto, a formação de profissionais comprometidos com uma nova cultura, com a formação de um novo Homem, com uma ética solidária e com a construção de uma nova hegemonia na sociedade, constitui o centro da proposta do Curso de Serviço Social da Unibrasil, contribuindo na relação interdisciplinar com os demais cursos, para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a aproximar a formação e o exercício profissional.

Para nós, o processo de formação do assistente social deverá estar ligado à valorização e ao respeito ao pluralismo de pensamento e de ação, próprios de uma filosofia universitária, que pretende articular-se e apoiar decididamente a organização da sociedade e a implantação de políticas sociais que afirmem os direitos fundamentais, tendo como instrumento de mediação o controle social. Esta formação implica competência técnica e teórica, além do despojamento para reconhecer os interesses das classes subalternas.

O Curso chegou em boa hora, pois o município de Curitiba apresenta problemas sociais próprios do processo de metropolização das cidades, agravados pelos reflexos da crise mundial crônica do capitalismo, e das conseqüentes estratégias econômicas de enfrentamento da crise pautadas por princípios neoliberais.

Esta realidade trouxe a urgência de formar profissionais da área social com visão crítica e capacidade propositiva, frente à necessidade de superação das atuais relações sociais, fundamental para a transformação das condições de vida e de cidadania das classes subalternas.

Por outro lado, segundo a ABEPSS22, as regiões sudeste e sul do País apresentam os maiores índices de demanda potencial para o curso de Serviço Social. Ao mesmo tempo, órgãos públicos e privados reclamam a inserção de profissionais da área em seus quadros, com o perfil citado acima.

No Paraná, o processo de organização do Sistema Único de Assistência Social, modelo de gestão descentralizado e participativo, que prevê a regulação e organização em todo território nacional da rede de serviços socioassistenciais, encontra-se bastante avançado.

Esta metodologia - que exige que os serviços, programas, projetos e benefícios tenham como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e

indivíduos e o território como base de organização - terá como reflexo a ampliação na requisição de profissionais com capacidade para a formulação e execução desta política em todo o Estado.

Neste contexto, nosso Curso surgiu com o objetivo de propiciar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

- apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, capaz de apreender as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado;
- construção coletiva de conceitos e conteúdos com perspectiva investigativa.

De agosto de 2006 até o momento em que escrevemos este artigo, o Curso de Serviço Social tem procurado atingir estes objetivos e acreditamos estar no caminho.

O Curso tem participado, com forte adesão de alunos e professores, das ações de responsabilidade social desenvolvidas pela Unibrasil. Nossos alunos vêm construindo uma organização estudantil consistente e combativa, sendo inclusive eleitos para as instâncias regionais e nacionais das organizações estudantis. Temos tido inserção em fóruns e espaços públicos de discussão e defesa de direitos sociais, a exemplo da Rede de Combate à Violência contra a Criança e ao Adolescente de Curitiba. Possuímos boa articulação com as demais Escolas de Serviço Social da região e com as entidades de organização da categoria, que tem inclusive resultado em eventos conjuntos e outras formas de cooperação técnica. Enfim, o curso avança a passos largos na direção do alcance de seu escopo.

Neste movimento que vimos desencadeando, temos esperança de estar contribuindo para a consolidação da Escola de Educação e Humanidades da instituição, bem como de colaborar para que a Unibrasil cumpra a missão a que vem

se propondo, além de darmos a nossa parcela de ajuda para a construção de um país que seja urgentemente livre, justo e igualitário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Cadernos ABEPSS. “**Formação Profissional: Trajetórias e Desafios.**” Edição Especial. nº 7, São. Paulo: Cortez, 1996.

BONETTI, Dilséa A. (org.) **Serviço social e Ética: convite a uma nova práxis.** São Paulo: Cortez., 2000. 3. ed.

BOSCHETTI, Ivanete. **O Desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua Implementação.**” Revista Temporalis, Porto Alegre, v. 8, 2004

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Instituído pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social – 9ª Região. **Linha do Tempo “A História do Serviço Social no Brasil.** Disponível em [http://www.cress-org.br/index.asp?fuseaction=historia&id\\_subsecao=23](http://www.cress-org.br/index.asp?fuseaction=historia&id_subsecao=23)

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Relações de Trabalho.** Disponível em [www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/economia/merctrab/reltrab/apresent.htm](http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/economia/merctrab/reltrab/apresent.htm). Acesso em 05 de junho de 2007

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo : Cortez, 1983.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997.

MORAES FILHO, Evaristo. **O problema do sindicato único no Brasil.** São Paulo : Alfa-Ômega, 1978.

NETTO, José P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1996. 3. ed.

NETTO, José P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social.** Mod. 1. Brasília, Cead, 1999.

NEVES, Lúcia M. W. **A Hora e a Vez da Escola Pública: um estudo sobre os determinantes da política educacional do Brasil de hoje.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Tese de doutorado.

RAICHELIS, Rachel. **Agenda do Assistente Social - 2006.** Publicação do Conselho Federal de Serviço Social, 2006.